



JOURNAL OF
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

Marcos Alan S. V. Ferreira

Universidade Federal da Paraíba,
Centro de Estudos Sociais Aplicadas,
João Pessoa – PB, Brazil.
(marcosalan@gmail.com)



ORCID ID:
orcid.org/0000-0002-3196-6508

Anna C. Carletti

Universidade Federal do Pampa, Sant'Ana
do Livramento – RS, Brazil
(annacarlettib@gmail.com)

Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



Religião no ensino e na pesquisa em Relações Internacionais do Brasil

Religion in the teaching and research in International Relations of Brazil

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e19003>

Resumo

O presente artigo visa analisar o estado da arte do estudo do fator religioso e de seus atores no âmbito do ensino e pesquisa em Relações Internacionais do Brasil. Após uma contextualização histórica e política da religião em âmbito internacional e nacional, será examinado o ensino e pesquisa sobre o tema nas Relações Internacionais brasileiras, assim como os desafios para a consolidação do tema.

Abstract

This article aims to analyze the state of the art of the study of the religious factor and its actors in the field of teaching and research in International Relations of Brazil. After a historical and political contextualization of the religion in international and national scope, will be examined the teaching and research on the subject in the Brazilian International Relations, as well the challenges to consolidate the issue.

Palavras Chaves: Religião, Relações Internacionais, Ensino, Pesquisa.

Keywords: Religion, International Relations, Teaching, Research.

Recebido em 21 de Março de 2017

Aprovado em 13 de Abril de 2017

Introdução

Após 500 anos de supremacia ocidental, novos atores estatais e não estatais buscam novos arranjos que permitam uma participação mais qualificada na construção de uma possível nova ordem mundial. Ao mesmo tempo, entre as mudanças em curso, observamos um processo de metamorfose das forças e formas políticas que se consolidaram a partir do século XVI e um renovado protagonismo das religiões quer em âmbito doméstico quer em âmbito internacional. Graziano (2014) vincula os dois processos quando afirma que, enquanto no período de consolidação do Estado-Nação predominou a tese de secularização que relegava a religião à esfera privada, no atual período de enfraquecimento do princípio de soberania do Estado-Nação, esta mesma tese está sendo reavaliada e corrigida.

As incertezas provocadas pelo atual processo de reestruturação e redefinição da ordem internacional parecem alimentar cada vez mais um sentimento de desorientação, onde a busca por novos pontos de referência ou novos paradigmas favoreceria o retorno da religião como um dos fatores condicionantes na construção de um novo tipo de sociedade internacional. Neste contexto, os atores religiosos buscariam participar diretamente na redefinição das fronteiras entre a esfera pública e privada, entre a sociedade civil e a política bem como entre os Estados e o sistema internacional (CASANOVA, 2000). De acordo com Graziano (2014, p. 17) “as religiões que existiam muito antes do Estado-Nação e que parecem ser capazes de sobreviver a ele, constituem por muitos o ponto de referência mais seguro”.

O processo de redefinição das regras do atual sistema internacional abriu, portanto, brechas para a inserção de novos fatores condicionantes, sobretudo os não mensuráveis ou imateriais que anteriormente tinham sido relegados a uma posição secundária na análise da política internacional. Tal é o caso da herança histórica, da tradição e do papel da religião e de seus atores no cenário nacional e internacional.

Nas análises sobre paz e conflitos, formação de agenda política nos organismos internacionais ou mesmo na formulação de política exterior de alguns importantes atores, a religião é um fator central pronto a ser explorado e que pode – espera-se – ocupar espaços mais ambiciosos na academia brasileira de Relações Internacionais.

Vários pesquisadores brasileiros (DUQUE ESTRADA, 2016; FERREIRA, 2015; SOARES, 2012) analisaram as principais Teorias das Relações Internacionais buscando evidenciar as razões de um aparente esquecimento do fator religioso em seu aparato teórico. Ao mesmo tempo, eles demonstraram que é possível repensar tais teorias a partir do reconhecimento da influência da religião e de seus agentes no cenário internacional, ampliando desta forma as possibilidades teóricas do estudo das Relações Internacionais e oferecendo à comunidade acadêmica brasileira novas categorias conceituais que possibilitem a realização de pesquisas relacionadas ao tema da religião nas Relações Internacionais.

Com efeito, ao mesmo tempo em que se constata, em nossas universidades, uma demanda crescente por parte de discentes, de realizar artigos e Trabalhos de Conclusão de Curso sobre esta temática, deparamo-nos com a ausência de preparação acadêmica para trabalhar a mesma juntamente com a percepção de não possuir ainda instrumentos teóricos adequados a tal estudo. Enfrentar esta temática em disciplinas obrigatórias ou optativas permitiria resolver tais inseguranças desenvolvendo conceitos teóricos que tornem legíveis fatos históricos e políticos influenciados pelo fator religioso.

De acordo com Ferrara (2016, p. 92),

“é possível conceituar o papel das religiões nas relações internacionais bem além da inserção da variável ‘religião’ no âmbito das principais abordagens existentes. Com efeito, o simples acréscimo do fator religioso entre os elementos que caracterizam as diferentes perspectivas teóricas não parece suficiente a dar razão àquilo que, ao contrário, teria que ser concebido nos termos de uma radical mudança de paradigma, superando o nível artificial entre às visões religiosas e visões secularizadas no contexto das ciências sociais.

Conforme Ferrara (2016), a religião, deveria ser inserida no contexto internacional a partir de uma visão pós-secular, que supera a simples contraposição dialética entre o que pertenceria exclusivamente ao campo religioso ou ao âmbito secular. Abordar o fator religioso a partir desta perspectiva teria portanto ao menos duas consequências: 1) resultaria na relativização dos confins até então rígidos entre o que é religioso e o que é leigo-secular nas análises internacionais. 2) ilustraria que a importância das religiões não se daria apenas no âmbito das culturas e das identidades, mas também partindo da consciência de que os fenômenos religiosos devem ser interpretados à luz das reconfigurações das relações de poder mundial e como uma das manifestações do declínio da hegemonia ocidental (FERRARA, 2016).

Os acontecimentos históricos ocorridos a partir da década de 1970 abordados ao longo do artigo demonstrarão a importância da exploração profunda do fator religioso como um dos fatores relevantes nas mudanças internacionais. De acordo com Ferrara (2016, p. 94), “o fenômeno religioso representa hoje um aspecto do processo – em ato em nível planetário – de redefinição identitária que vê envolvidos os indivíduos como as comunidades, as instituições e, mais em geral, as diferentes estruturas sociais”. Trata-se de um campo ainda novo e que exige novas categorias analíticas.

Diante deste contexto, o presente artigo visa analisar o estado da arte do estudo do fator religioso e de seus atores no âmbito do ensino e pesquisa em Relações Internacionais (RI) do Brasil. A primeira parte do artigo será dedicada à contextualização histórica e política da presença do fator religioso em âmbito internacional e doméstico, apontando a relevância de tais estudos para uma análise mais profunda das mudanças internacionais.

Na segunda parte, será examinado o ensino do fator religioso e sua influência nos cursos de Relações Internacionais do Brasil, assim como uma avaliação preliminar das pesquisas e das publicações brasileiras sobre a temática. Isto permitirá compreender as fortalezas existentes e os caminhos a serem percorridos para um profícuo e completo debate sobre religião na academia brasileira.

Debates em torno do ressurgimento, retorno ou continuidade do fator religioso nas relações internacionais

No Brasil, a discussão da influência do fator religioso nas relações internacionais é bastante incipiente dentro da academia. Esta aparente negligência é atribuída ao fato de que as principais Teorias das Relações Internacionais – todas de origem ocidental – pouco contemplam em seu aparato teórico a influência de fatores que não podem ser mensurados em termos quantitativos (geografia, economia, demografia, forças militares, por exemplo) ou em termos qualitativos (alianças, instituições, lideranças, etc). A famosa frase atribuída a Stalin “quantas divisões tem o papa?” é um bom exemplo desta postura presente nas RI e diplomacia que não atribui ao fator religioso uma valência política suficiente a condicionar as relações entre estados, por não ser considerado um fator que pode ser medido em meros termos quantitativos.

Logo, é preciso reconhecer que a dificuldade de abordar o tema constatado no âmbito brasileiro das Relações Internacionais não é um fato isolado. Ela se insere em um contexto geral de concepção secularizada das relações internacionais que relegou por muito tempo o fenômeno religioso num lugar de esquecimento. Segundo Fox, esta posição de rejeição é um reflexo de uma visão especificamente “ocidental” das relações internacionais, “onde o núcleo da teoria das relações internacionais ocidental – e particularmente as representações americanas – foi desenvolvido a partir de teorias de segurança nacional definidas pela Guerra Fria em uma competição entre as duas ideologias seculares” (Fox, 2004, p. 4). Ele também compartilha a ideia de que a partir da Paz de Westfália foi colocado um ponto final à era das guerras de religião e, portanto, à ideia de uma não pertinência da religião nas relações entre Estados (Fox, 2004).

Contudo, a partir da década de 1990 esta tradicional visão secularizada das relações internacionais está sendo objeto de discussões e revisões. Vários estudiosos (Snyder, 2011; Sandal & Fox, 2013) apontam à importância do estudo de fatores não mensuráveis, ou imateriais, entre os quais a religião, que podem desempenhar um papel importante, às vezes decisivo, no cenário internacional. De acordo com Graziano (2014, p. 18) “a variação destes fatores influencia a força relativa dos diversos atores políticos, sejam em nível nacional quer internacional”.

No entanto, é mais difícil identificar as transformações causadas pelos fatores imateriais, seja porque eles não são quantificáveis, seja porque suas transformações são mais lentas. Como afirmado por Graziano (2014, p. 19), o retorno das religiões, na cena pública, “mesmo tendo iniciado na década de 70 do século XX passou completamente inobservado por décadas. Por muitos, ele permaneceu invisível até o dia 11 de setembro de 2001”.

A tese da secularização sustentada por pensadores como Augusto Comte, Émile Durkheim, Karl Marx e Sigmund Freud, reforçou tal posicionamento ao afirmar que “os processos de modernização como urbanização, desenvolvimentos econômicos instituições sociais modernas, aumento das taxas de educação, etc. levaria à queda da influência da religião que seria substituída por fenômenos racionais, seculares e científicos” (Fox, 2004, p. 716). Décadas se passaram, e a previsão feita pelos maiores intelectuais da época não se realizou.

No início da década de 90, um dos maiores sociólogos da religião, Peter Berger, admitiu publicamente ter feito uma avaliação errônea ao considerar que a modernização teria levado automaticamente a um declínio da religião. Conforme ele afirma, “de certo, a modernização teve alguns efeitos secularizantes, em certos lugares mais do que em outros, mas provocou também, poderosos movimentos de contra-secularização” (Berger, 2000, p. 3).

Em 2000 o mesmo Berger (2000, p. 10) reconheceu que “o mundo de hoje, com algumas exceções, é tão ferozmente religioso quanto antes e até mais em certos lugares”. Como se entenderia, então, este retorno da religião no cenário público nacional e internacional? Berger explica desta forma os atuais movimentos de contra-secularização:

A modernidade, por motivos claramente compreensíveis, mina todas as velhas certezas. A incerteza é uma condição que muitos encontram extremamente dura a ser suportada portanto, qualquer movimento (não apenas religioso) que promete fornecer ou renovar as certezas possui um amplo mercado diante de si (Berger, 2000, p. 11).

Graziano segue o mesmo raciocínio quando afirma que o papel tradicionalmente desempenhado pelas instituições religiosas na organização e gestão direta de serviços sociais, e que havia sido redimensionado no período auge dos Estados, retorna hoje no período de crise quando os Estados não conseguem mais garantir serviços primários de assistência à sua população. De acordo com Graziano (2014, p. 43) o enfraquecimento dos Estados “contribui também a explicar quer o sucesso dos movimentos religiosos em países nos quais a tentativa de criar um Estado-nação fracassou miseravelmente, quer o aumento do peso específico das Igrejas nos países afetados pela dívida e restrições orçamentais”.

Portanto, de acordo com estes autores, o fenômeno do ressurgimento do fator religioso estaria ligado a uma situação conjuntural, a da crise da modernidade ocidental. Conceituamos o termo modernidade como “um processo sócio-histórico complexo e multidimensional – original da Europa Central – caracterizado fundamentalmente por uma visão do mundo descentrada, profana e pluralista”(ZEPEDA, 2010, p. 130). Durante o período da modernidade europeia, foi alterado o papel central que a religião havia desempenhado na época pré-moderna, dando início ao processo conhecido como de secularização e de declínio da religião.

Contudo, existem críticas a esta teoria do ressurgimento da religião, principalmente por parte de pensadores que apontam ao caráter eurocêntrico desta teoria. Pensar o percurso de secularização e a alteração do papel da religião ocorrido na Europa como um percurso paradigmático que pode se aplicar a todas as outras sociedades, é desconhecer as experiências históricas de continentes como a Ásia, América Latina e África onde a religião nunca desapareceu (ZEPEDA, 2010). A marginalização da religião à esfera privada não foi, portanto, uma tendência estrutural da modernidade, mas uma “opção histórica prescrita ideologicamente na estrutura do pensamento moderno ocidental” (CASANOVA apud ZEPEDA, p. 133).

Com o retorno da religião nas sociedades que haviam abraçado a teoria da secularização, fala-se então de de-secularização entendida como o “retorno não tradicional à tradição ético-religiosa” (MARTELLI apud ZEPEDA, p. 136). A religião estaria voltando na esfera pública não mais como protagonista absoluta – como o era na antiguidade – mas como um dos fatores que constroem a sociedade civil e que reclama o direito de intervir e de dialogar com as outras forças sociais.

De acordo com Soares (2012, p. 47), no âmbito das relações internacionais a religião é considerada como um ator não estatal que causa impacto sobre a natureza do estado, suas leis e instituições e sobre o processo governamental, assim como pode moldar valores, práticas e normas da sociedade e da moral.

Contextualização histórico-política do fator religioso em âmbito internacional e doméstico

A assim chamada “virada para a religião” (KUBÁLKOVÁ, 2009), ou seja, o início de uma discussão mais substancial por parte da comunidade acadêmica começou, como vimos anteriormente,

quando se constatou as falhas da teoria de secularização e se descobriu a resiliência das religiões anteriormente fadadas por esta teoria ao declínio.

De acordo com Ferrara (2016, p. 73)

“as relações internacionais, como todas as relações políticas, nunca estiveram totalmente separadas da religião. Todavia, a *disciplina* das relações internacionais “descobriu” as religiões como um dos fatores que caracterizam o contexto da política mundial há cerca de três décadas”.

O evento-chave desta “descoberta” seria a Revolução Iraniana de 1979, como afirmado por alguns estudiosos (Haynes, 2011; Ferrara, 2016; Graziano, 2014). Contudo, na época dos acontecimentos, os representantes políticos das duas superpotências que governavam o mundo, não conseguiram interpretar a importância que o fator religioso teria desempenhado a partir daquele momento no Oriente Médio. De acordo com uma análise de 1972 do Departamento de Estado dos Estados Unidos, “o clero iraniano não possuía uma grande influência política”; para Stansfield Turner, diretor da CIA entre 1977 e 1981, “em 1977, o Islã, como força política estava fora do nosso raio de observação” (Craddock, 2016, p. 2). A análise de Graziano (2014, p. 90) evidencia dois aspectos complementares: “a subestimação do papel dos religiosos e do papel da religião. Colocando-os juntos, se entende porque os americanos (como também o resto do mundo) tenham sido completamente pegos de surpresa pela Revolução Islâmica no Irã”.

Concomitante à revolução iraniana, temos no mesmo ano o surgimento no cenário internacional de um ator religioso que vai desempenhar um papel relevante nas três décadas que seguiram à sua eleição como líder da Igreja Católica. O papa polonês, João Paulo II, não mediu esforços para combater a influência comunista, não apenas no Leste Europeu, onde encorajou de todas as formas seu país natal a liderar o processo de enfraquecimento da URSS, mas também em outras regiões do mundo, como a China, e a própria América Latina (Carletti, 2012; Ferreira e Honorato, 2016).

Mas é com os acontecimentos do 11 de setembro de 2001 é que registra-se a virada da opinião pública em relação ao peso da religião na esfera pública internacional. A ameaça do terrorismo islâmico se torna a bandeira de batalha de parte do Ocidente contra a pressuposta ameaça do mundo islâmico. De acordo com Haynes (2016), uma das consequências do 11/09 foram o aumento de atenção em relação à influência da religião no âmbito internacional e à afirmação de algumas ideias vinculadas à religião como: 1) a construção dos conceitos de Ocidente e Islã, consideradas como comunidades transnacionais incompatíveis; 2) a ideia de que as religiões podem:

ser mobilizadas para sustentar projetos políticos de transformação sistêmica, seja por parte das democracias liberais, visando redefinir as normas de soberania e de governança global, ou de organizações terroristas, visando o fim da ordem mundial capitalista-liberal (Reus-Smit 2005, p. 211 apud Haynes, 2016, p. 16).

A obra de Samuel Huntington, “O choque das Civilizações” publicada em 1996, atingiu sua máxima popularidade após o 11/09, reforçando a tese da ameaça muçulmana contra a civilização

ocidental. A partir desta época, as obras sobre a temática da influência da religião multiplicaram-se e o fator religioso começou a ser aceito como um dos fatores condicionantes da política externa dos vários países e do funcionamento da sociedade internacional mesma.

Alguns elementos históricos subsidiam a afirmativa acima. Por exemplo, após o desmoronamento da URSS, a Federação Russa e seu líder Vladimir Putin apostaram no apoio do Patriarcado de Moscou para conduzir suas políticas. Da mesma forma, a entrada da Polônia na União Europeia foi justificada, de acordo com Ferrara (2016) pelo retorno do catolicismo na vida pública nacional.

Ainda países como o Irã, Líbano e Arábia Saudita tem como base de suas políticas externas os princípios de suas formações políticas-religiosas, como o xiismo e o wahabismo. O mesmo pode se aventar no caso de Israel, que é fortemente influenciado por lideranças judaicas.

Também em países asiáticos, caracterizados por crescimento econômico acelerado, como Coreia do Sul, Tailândia, Hong Kong e Cingapura, registrou-se nas últimas décadas um fenômeno considerado extraordinário: a forte ascensão da religião. De acordo com Lee Kuan Yew – ex-primeiro ministro de Cingapura, “nos países em desenvolvimento o retorno das religiões manifesta-se de forma mais vistosa que nas antigas potências”, já que este fenômeno é um dos efeitos colaterais do movimento de êxodo rural e de industrialização extremamente rápida e muitas vezes dramática (Lee Kyan Yew apud Graziano, 2014, p. 55).

Em alguns países o retorno da religião aconteceu através da assim chamada Teologia da Prosperidade. Trata-se de um fenômeno que teve sua origem nos anos 50 nos Estados Unidos mas que logo ultrapassou as fronteiras norte-americanas difundindo-se inicialmente na Coreia do Sul e na América Latina e, mais recentemente, em alguns países africanos africanos.

No Brasil, a Teologia da Prosperidade obteve bastante sucesso com a chegada das Igrejas pentecostais que causaram transformações profundas em seu tecido histórico, político e econômico principalmente no que concerne a terceira onda de missionários evangélicos norte-americanos, chamada de *neopentecostal*¹. Ela ocorreu a partir da segunda metade dos anos 70 e consolidou-se na década de 80 e 90. Neste período foram fundadas por pregadores brasileiros a Igreja Universal do Reino de Deus, a Igreja Internacional da Graça de Deus, a Comunidade Sara Nossa Terra e Renascer em Cristo entre as mais conhecidas. Todas apresentam características e objetivos comuns entre os quais podemos destacar a pregação da Teologia da Prosperidade já mencionada. Outra característica comum é a instigação de seus fiéis ao combate contra o diabo identificado com as outras religiões. A estratégia de “satanização” das demais religiões alimenta a pregação de intolerância religiosa que se concretiza através de agressões físicas e verbais a indivíduos e lugares de culto pertencentes a outras religiões, como é o caso das religiões afro-brasileiras que estão entre as comunidades religiosas mais atacadas no Brasil.

A Teologia da Prosperidade pregada pela grande maioria das Igrejas neopentecostais afirma que a prosperidade financeira, a saúde e a felicidades seriam sinais da bênção de Deus. Não ter tais

1 A primeira onda, chamada pentecostalismo clássico, ocorreu de 1910 a 1950 quando da fundação no Brasil da Congregação Cristã no Brasil e da Assembleia de Deus. A segunda onda que Mariano (2008) chama de pentecostalismo neoclássico teve início na década de 50. Nesta época foram fundadas a Igreja Quadrangular e a Igreja Deus Amor entre outras.

sinais pode ser sinal da ausência de Deus e da presença do mal na vida do indivíduo. Para reverter esta situação o fiel deve demonstrar fé incondicional em Deus e obediência a Ele através da sua igreja. O pagamento regular do dízimo e a oferta de doações são considerados meios privilegiados para obter a bênção de Deus.

As Igrejas neopentecostais difundiram-se rapidamente entre as camadas menos favorecidas da população brasileira. Contudo, de acordo com Santos (2015), as classes médias, brancas e mais cultas não deixaram de aderir à proposta da Teologia da Prosperidade apresentada por estas novas Igrejas. Entre elas, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) é a que mais cresceu tendo atualmente suas filiais implantadas em mais de cinquenta países (Santos, 2015, p. 148). Em 1990, a IURD adquiriu a TV Record. Com efeito, a utilização dos meios de comunicação, principalmente rádio e televisão tem sido a estratégia privilegiada pelas igrejas neopentecostais mais ricas para atrair sempre mais fiéis em seus templos.

Outro aspecto importante da difusão das igrejas neopentecostais no Brasil é o ingresso de seus representantes na esfera político-partidária. Atualmente a Frente Parlamentar Evangélica conta com mais de 90 parlamentares (MACHADO; NACIF, 2016, p. 571). A Bancada Evangélica conseguiu levar para frente projetos caracterizados pelo conservadorismo como a “cura gay” ou o combate à Ideologia do Gênero. Além disso, mostrando o poder de mobilizar as massas de seus fiéis, tais deputados estão conseguindo influenciar os processos eleitorais do Brasil.

A influência da religião na política brasileira se tornou fato inegável. Suas implicações na construção de agendas e na influência nas esferas de poder é um fator que não pode ser mais negligenciado nas análises políticas mais profundas.

Soares (2012) evidencia em um dos primeiros trabalhos acadêmicos sobre a temática no Brasil, de que maneira a religião pode influenciar as relações internacionais. O primeiro aspecto apresentado é a constatação de que as políticas externas podem ser influenciadas pelas opiniões e crenças religiosas das autoridades políticas e os seus constituintes. Reforçando tal posição, Haynes (206, p. 28) enfatiza como a política externa é “em grande medida, o reflexo do meio social doméstico de seu país, suas necessidades, suas prioridades, seus pontos fortes e suas fraquezas”. Ou seja, a política externa de um Estado é influenciada por condições objetivas como sua geografia, sua história, sua economia, sua cultura e também sua tradição religiosa. Fatores estes que interagem com as mudanças do sistema internacional. Haynes aponta como exemplo as políticas externas da Índia, Irã, Israel, Arábia Saudita, Estados Unidos da América entre os países mais emblemáticos. Outro exemplo de influência do fator religioso na sociedade internacional é o esforço feito pela Santa Sé durante os pontificados de João Paulo II e de Bento XVI para que o reconhecimento das raízes cristãs do continente europeu fosse inserido na Carta Constitucional da União Europeia. (FUMAGALLI, 2005).

O segundo aspecto evidenciado por Soares é que a religião pode se tornar fonte de legitimidade, seja para contestar ou para apoiar um governo local ou uma ação política internacional. A busca de legitimidade por ser adotada por grupos, movimentos, ou líderes religiosos influentes como foi o papa João Paulo II na década de 1980 em relação ao enfraquecimento do governo comunista na Polônia. (CARLETTI, 2012).

O terceiro aspecto diz respeito ao caráter internacional das questões religiosas e da atuação transnacional dos atores religiosos estatais ou não-estatais. Soares evidencia que “a religião, além de ser uma questão interna, é atualmente uma questão que atravessa fronteiras, se tornando uma questão internacional” (SOARES, 2012, p. 56). Exemplo disso pode ser considerada a revolta da etnia albanesa no Kosovo contra o governo Sérvio em 1999, ou a atuação transnacional do Estado Islâmico que perpassa as fronteiras de diversos estados no Oriente Médio e na África setentrional, assim como a atuação dos grupos cristãos, seja católicos que evangélicos, espalhados no mundo todo.

A partir desta leitura inicial do papel do fenômeno internacional e dos atores religiosos nas relações internacionais, constata-se a necessidade de uma análise conceitual e empírica ainda mais profunda referente a esta temática que merece mais espaço não apenas no âmbito de grupos de estudos ou no campo da pesquisa, mas também na formação dos futuros internacionalistas brasileiros, os quais, em qualquer campo profissional irão atuar (público, empresarial, diplomático) deverão possuir conhecimentos adequados das comunidades religiosas com as quais entrarão em contato. Na segunda parte do artigo, os autores se propõem de verificar qual é o estado da arte do estudo sobre religião na academia brasileira, em específico nas Relações Internacionais.

Ensino e Pesquisa em Religião e Relações Internacionais no Brasil

O debate sobre o fenômeno religioso, tanto no âmbito doméstico como internacional, é de tal importância que não pode ser secundarizado. Seu exame, compreensão e reflexão são aspectos centrais na política atual que não podem deixar de figurar na formação de novos pesquisadores e egressos em RI no Brasil, como se evidencia nos elementos apresentados nas seções anteriores. Logo, esta seção visa identificar a presença (ou não) do debate sobre religião na arena internacional dentro das RI no Brasil. Basicamente, três indicadores foram avaliados: presença de disciplinas sobre religião e as RI; grupos de pesquisa cadastrados no CNPq com esta temática e; publicação sobre religião e RI nos três periódicos de RI melhor qualificados no Qualis Capes.

Destarte, ao examinar o ensino de religião e seus elementos nos cursos de Relações Internacionais no Brasil, nota-se que sua presença é ainda muito tímida. Em termos de currículo, vê-se que o fenômeno religioso ainda é negligenciado em detrimento de outros debates políticos, mesmo quando consideramos disciplinas optativas e o importante papel que este elemento guarda nas Relações Internacionais contemporâneas.

Isto é visto de maneira clara nas grades curriculares do bacharelados em RI brasileiros. Ao se proceder a uma análise sobre os currículos e ementas dos cursos de graduação no Brasil², notou-se que apenas treze cursos tem em sua grade o estudo da religião, conforme descrito no Quadro 1.

2 Agradecemos aqui o apoio das discentes Thaísa Bravo-Valenzuela e Silva e Yesa Portela Ormond (UNIPAMPA), que procederam na coleta dos dados para esse levantamento. Pesquisa feita com base em universo de 85 (oitenta e cinco) currículos e grades curriculares disponíveis para acesso público e finalizado em março de 2017.

Quadro 1. Cursos de Relações Internacionais com disciplinas de religião ou afins

Instituição de Ensino Superior (IES)	Disciplina	Obrigatória ou Optativa
Centro Universitário SENAC (São Paulo)	Projeto Integrador I e II: Religião e Relações Internacionais	Obrigatórias
Centro Universitário ASCES-UNITA (Pernambuco)	Religião e Relações Internacionais	Optativa
Faculdade Santa Marcelina (SP)	História das Religiões	Obrigatória
Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP – SP)	Religião, Gênero e Relações Internacionais	Obrigatórias
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO)	Teologia	Obrigatória
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)	Cultura Religiosa I e II	Obrigatória
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)	O Humano e o Fenômeno Religioso; Ética Cristã	Obrigatórias
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	História das Religiões	Optativa
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Religião e Relações Internacionais	Optativa
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	História das Grandes Religiões	Obrigatória
Universidade La Salle (Amazonas)	Cultura Religiosa	Obrigatória
Universidade La Salle (Rio de Janeiro)	O Ser Humano e o Fenômeno Religioso; Ética Cristã	Obrigatórias
Universidade La Salle (Rio Grande do Sul)	Fenômenos Culturais e Religiosos	Obrigatória

Fonte: Elaborado pelos autores com apoio de Thaísa Bravo-Valenzuela e Silva e Yesa Portela Ormond.

Há outras três IES em que a pesquisa não conseguiu demonstrar ao certo se aquelas disciplinas ofertadas estão relacionadas ou não à religião, dado a indisponibilidade de suas ementas, a saber: Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM–RJ e SP) com Diplomacia Cultural e Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC–RS) com a disciplina Filosofia e Cultura Oriental.

Nesta análise sobre o presença do ensino de religião nos cursos de RI, alguns pontos chamam a atenção. Primeiramente, há garantia de oferecimento de apenas dez disciplinas listadas como obrigatórias, haja vista que as optativas podem não ser oferecidas para uma determinada turma no período de graduação da mesma. Dentre as universidades federais que contribuíram com o aumento significativo dos cursos de RI no país nos últimos 15 anos (ver Ferreira 2016), somente três delas oferecem disciplinas na temática, sendo apenas uma delas como obrigatória. Cabe salientar que não se exclui aqui a possibilidade de disciplinas sem a rubrica “religião” trabalharem o tema. Isso seria o caso de cursos como “Política Internacional Contemporânea” ou “Tópicos de Relações Internacionais”. Não obstante, a importância do tema e a centralidade do mesmo tanto na política internacional como em outros fóruns importantes – como é o caso da consistente seção *Religion and International Relations* da *International Studies Association* – nos faz crer que o conteúdo de religião mereceria um maior espaço através de ao menos a existência de mais conteúdos optativos voltados à sua discussão e pormenores.

Ainda mais importante, como introduzido anteriormente, a religião conta com especificidades que merecem ser examinadas para além de conteúdos restritos a uma aula isolada dentro de um programa de quinze semanas. Por exemplo, no debate sobre civilizações, tal como amplamente conceituado por Arnold Toynbee, Samuel Huntington, entre outros – e central em História de RI e Teoria Política – como se manifesta a centralidade da religião *pari passu* com os processos políticos? Que métodos e epistemologias estão no cerne da análise sobre a religião? A compreensão de temas centrais como terrorismo e influência de grupos de interesse religiosos podem ser explicados tão somente avaliando os temas, ou seria necessário antes um debate mais profundo de questões centrais como: o que é religião, como ela se manifesta, as teologias públicas (ver Sandal 2013), e a centralidade do conhecimento religioso para determinadas sociedades?

A existência de questionamentos como estes, todos eles importantes na análise de relações internacionais, nos faz crer na importância de dar mais espaço para a religião nas RI para além de conteúdos isolados em disciplinas específicas. Outros temas que podemos somar aqui e poderiam ser tratados em uma disciplina específica, tais como: secularismo e pós-secularismo e seu papel nas RI; as raízes religiosas das RI modernas; religião e democracia; movimentos religiosos e organismos internacionais; religião e conflitos armados; religião e humanitarismo. Estes, somados, pensados e conectados no decorrer de um semestre, são capazes de fornecer ao estudante de RI uma capacidade singular de compreender as peculiaridades da inter-relação religião e RI para além de temáticas específicas.

Segundo, chama a atenção que mais da metade das IES que oferecem disciplinas sobre religião (sete delas) são ligadas a uma entidade religiosa. Isso não é afirmado para diminuir o papel dessas instituições, mas sim para refletirmos como as instituições sem vínculos organizacionais com

denominações religiosas não priorizam o debate sobre as religiões nas RI. Mais além, nota-se que duas IES de administração religiosa oferecem disciplinas voltadas especificamente na discussão da ética cristã. De um lado, este é um tema de relevância fundamental na história da filosofia e da política quando consideramos debates importantes como o papel dos escolásticos na construção conceitual da doutrina da Guerra Justa. Por outro lado, o foco em somente uma das grandes religiões mundiais pode fazer o estudante perder de vista outras contribuições importantes que poderiam ser trabalhadas amplamente, tais como: a discussão da ética islâmica nas RI; o confucionismo na construção política chinesa; o budismo e sua importância na política internacional da Ásia Central e Sudeste Asiático; o papel do hinduísmo na construção de ações não violentas e mediação, e; a contribuição das denominações religiosas mais contemporâneas em temas como direitos humanos e o papel da religião, tal como visto na ativa atuação da Fé Bahá'í e dos Quakers em espaços como o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC).

Terceiro, pode-se deduzir que há uma fragilidade que antecede o pouco espaço dado à religião nas RI no Brasil. Essa fragilidade estaria relacionada com a formação mesma dos docentes no país. Dentro de uma academia influenciada por teorias materialistas que pouco espaço dão ao debate de elementos imateriais, seria natural deduzir que parte significativa do corpo docente tenha pouca familiaridade com a heurística que explora a correlação entre religião e RI. A pesquisa *Trip Faculty Survey Brazil*, publicada em 2014 e conduzida pelo College of William & Mary's Institute for the Theory and Practice of International Relations (ITPIR), demonstrou que ao se perguntar a 205 acadêmicos brasileiros de RI sobre qual abordagem privilegiam em suas pesquisas, 36,89% responderam vertentes que dão mais espaço a vertentes materialistas, tais como Marxismo, Liberalismo e Realismo. Ainda, 18,93% responderam Construtivismo e 9,22% Escola Inglesa, duas abordagens que dão margem para análise de subjetividades, mas que não se concentra exclusivamente nelas. Os demais 34% responderam “outras” ou “não usa análise paradigmática” (TRIP, 2014).

Em outra questão da mesma pesquisa, perguntou-se: “Qual paradigma ou escola de pensamento você esteve primariamente comprometido no início de sua carreira acadêmica?”. O resultado mostrou que 38,67% afirmou Realismo, enquanto outros 14,67% responderam Liberalismo e 17,33% Marxismo (TRIP, 2014). Somados, 70,67% dos hoje docentes foram inicialmente formados em concepções de mundo que pouco espaço dão para a religião (ver Ferreira 2014; Snyder 2011). Em um universo permeado por análises de balança de poder, forças militares e interesses econômicos, sobra pouco espaço para análises que avaliem os elementos sócio-políticos da religião, os fatores subjetivos do relacionamento humano e o conhecimento de métodos relacionados ao campo religioso como etnografia, análise histórica e do discurso.

Assim, em um universo que passam de 100 cursos em todo o país – há uma variação natural nos últimos anos a depender do fechamento ou abertura de novos cursos – é surpreendente que somente 13 deles tenham uma disciplina que examine a religião em uma era que o fenômeno é central em importantes temas como refugiados e deslocados, tensões regionais, mediação internacional e terrorismo. Tal problema ganha uma dimensão ainda maior se considerarmos que parte destes cursos examina tão somente a religião ou a cultura religiosa, não necessariamente prevendo em sua ementa

um diálogo com as dinâmicas da sociedade internacional, tal como é coerentemente construído por estudos como o de Haynes (2016), Ferrara (2016), Fox (2004) e Graziano (2014).

No campo da pesquisa, o cenário não é muito diferente como demonstram alguns indicadores avaliados para esse artigo. A principal organização que congrega pesquisadores de relações internacionais mundialmente, a International Studies Association (ISA), tem tido uma média de 3 a 5% dos artigos de suas conferências focados no debate Religião e RI (ISA, 2017). Sabendo que o universo de participantes da Convenção Anual da ISA gira em torno de 3.000 a 4.500 participantes, teríamos aí no mínimo 105 artigos sobre o tema por encontro, algo significativo se considerarmos que a seção *Religion and International Relations* apenas foi criada há apenas quatro anos. Por sua vez, uma análise dos anais do último encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) ocorrido em 2015, demonstra que somente cinco artigos ou painéis examinaram alguma temática de religião e RI em um universo de aproximadamente 500 apresentações; ou seja, somente 1% dos artigos ou painéis de iniciação científica avaliaram a questão religiosa na arena internacional (ABRI, 2017), não obstante sua centralidade e importância em debates primordiais como conflitos, terrorismo e construção de agenda em organismos internacionais.

Ainda que uma busca por palavras chave “religião” e “relações internacionais” na base de dados Lattes indique que 817 pesquisadores e discentes tenham tais terminologias em seus currículos, uma boa parte destes pesquisadores publicaram artigos isolados ou pesquisaram pontualmente sobre o tema, muitas vezes em suas dissertações, trabalhos de conclusão de curso ou apresentação em eventos acadêmicos. Analisando de maneira mais profunda, são poucos os que se debruçam no fenômeno religioso nas RI como agenda de investigação, o que abre possibilidades significativas para o futuro desta discussão. Isto é visto de maneira mais clara quando se examina os grupos de pesquisa cadastrados no diretório CNPq, uma das fontes mais confiáveis para avaliarmos o fortalecimento e continuidade da investigação de determinados temas na ciência brasileira.

Há atualmente no diretório dois grupos voltados para análise de religião e relações internacionais, a saber: “A influência da Religião nas Relações Internacionais”, liderados conjuntamente pelos autores deste artigo, e; “CEPRES – Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade”, liderados pelos docentes Marcus Vinícius de Freitas Reis e Andrius Estevam Noronha, ambos da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Juntos, os dois grupos congregam 42 pesquisadores entre doutores, mestres, graduados e graduandos, porém envolvem acadêmicos de apenas 4 instituições de ensino superior.

Em termos de publicações, não obstante elas serem numericamente poucas, estes grupos e outros pesquisadores isolados têm contribuído para o campo crescer no país. Ferreira (2015, p. 167-169) já demonstrara que os textos acadêmicos sobre religião e RI tem crescido no período de 2005 e 2015, e em 2016 não foi diferente. Por exemplo, uma primeira obra especificamente sobre o tema publicado no Brasil intitulado “Religião e Relações Internacionais: dos Debates Teóricos ao Papel do Cristianismo e do Islã”, organizada por Anna Carletti e Marcos Alan S. V. Ferreira, congregou doze autores de oito IES brasileiras e duas do exterior.

Com relação aos periódicos brasileiros em Relações Internacionais, constam entre as três revistas melhor qualificadas no sistema Qualis Capes – Carta Internacional, Contexto Internacional e Revista

Brasileira de Política Internacional³ – apenas cinco artigos que versam sobre religião e RI. Quatro dos artigos versam sobre estudos de caso sobre realidades distintas, tais como a direita cristã nos EUA (Fonseca, 2007; Resende, 2010), o conflito em Costa do Marfim (Ogunmola e Badmus, 2004), e a tensão entre luteranos alemães e norte-americanos no século XIX no Brasil. A única exceção é o artigo de Ângela I. Dosdad, que versa sobre um debate teórico do pensamento de Habermas sobre religião e tempo (Dosdad, 2016).

Contudo, novas publicações que emergem no campo de RI tem dado espaço para a temática. Destaca-se aqui a revista *Malala*, vinculada ao Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano, da Universidade de São Paulo. Ainda que suas investigações se centrem no Islã e Oriente Médio, esta última tem desenvolvido estudos e ensaios de relevância para a compreensão da inter-relação Islamismo e Relações Internacionais e mesmo sobre o papel do judaísmo. Outras revistas como a *Brazilian Journal of International Relations* (UNESP), *Meridiano 47* (UnB), *Revista de Estudos Internacionais* (UEPB), *Conjuntura Austral* (UFRGS) e *Austral* (UFRGS), *Monções* (UFGD) e *Mural Internacional* (UERJ) tem publicado nos últimos anos artigos sobre o tema, embora nenhuma delas tenha mais que dois artigos sobre o tema em seus arquivos.

Considerações Finais

O presente artigo procurou, em um primeiro momento, avaliar o estado da arte sobre o papel da religião na política internacional e doméstica. Não obstante as discussões sobre o possível ressurgimento da religião na política, a análise demonstra que na verdade este elemento nunca deixou de influenciar as dinâmicas políticas nacionais e internacionais, mas sim foi negligenciado na academia em detrimento de uma visão materialista da política, tal como fundamentado anteriormente. No âmbito internacional, eventos como a Revolução Islâmica (1979), o fim da bipolaridade (1989-1991) e os atentados de 11 de setembro, contribuíram para trazer à tona um ator que vinha sendo negligenciado e secundarizado. Domesticamente, ao analisarmos o caso brasileiro, nota-se o crescimento da religião na política, como evidenciado pelo alto número de congressistas ligados à chamada bancada evangélica.

Diante deste contexto, avaliamos a partir de alguns indicadores a presença (ou não) da compreensão da dimensão religiosa nas RI no Brasil. Entre estes indicadores estão: presença de disciplinas sobre religião e as RI; grupos de pesquisa cadastrados no CNPq com esta temática e; publicação sobre religião e RI nos três periódicos de RI melhor qualificados no Qualis Capes.

Os resultados mostram-se preocupantes e uma necessidade de melhora qualitativa com relação ao debate religião e RI no Brasil. Dentre pouco mais de uma centena de cursos, apenas 13 (treze) tem o debate sobre religião e RI em seus currículos em forma de disciplina, em sua maioria em IES administradas por entidades religiosas. E ainda assim, em alguns casos, é um debate que só analisa o elemento religioso sem dialogar com as dinâmicas políticas internacionais que são centrais para a

3 Pesquisando nas plataformas Scielo ou página web de cada um destes periódicos, utilizou-se como palavras-chave os termos (em inglês e português): religião, cristianismo, islamismo, budismo, secularismo, religiosidade.

formação de um egresso na área. Não obstante a fragilidade na formação mesma dos docentes – que ainda dá um espaço secundário para a discussão de elementos imateriais das RI –, considera-se que uma boa formação de um egresso no século XXI demanda que ele maneje conceitos e métodos que lhe permita compreender o fator religioso nas RI.

No campo da pesquisa, o cenário não é muito diferente. Embora haja um crescimento das publicações sobre religião e RI no país, uma breve análise dos principais periódicos brasileiros de RI mostra que o debate sobre o tema é bastante tímido e ainda incipiente; pode-se dizer o mesmo sobre o número de grupos de pesquisa focalizados nesta temática – que somam apenas dois grupos que envolvem pesquisadores de quatro IES.

Assim, o cenário que este artigo demonstra é que há desafios importantes a serem superados no Brasil para uma formação mais consistente que permita estudantes e pesquisadores compreender os pormenores sobre a religião e as RI. Ainda que isso possa ser visto de maneira pessimista, preferimos ver por um outro lado. Vemos aqui, sim, uma arena fascinante de aprendizagem, muito incipiente, pronta a ser explorada e que tem um leque incontável de temáticas a serem exploradas.

Referências bibliográficas

- ABRI – Associação Brasileira de Relações Internacionais. *Anais Eletrônicos do 5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais*. Disponível em: <http://www.encontronacional2015.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1041>. Acesso em 15 de Março de 2017.
- BERGER, Peter L. A Desseccularização do Mundo: uma visão global”. *Religião e Sociedade*, vol. 21, n. 1, pp. 9-24, 2000.
- CARLETTI, Anna. *O Internacionalismo Vaticano e a Nova Ordem Internacional*. A Diplomacia Pontifícia da Guerra Fria aos nossos dias. Brasília: FUNAG, 2012.
- CASANOVA, José. *Oltre la secolarizzazione. Le religioni alla riconquista della sfera pubblica*. Bologna: Il Mulino, 2000.
- DOSDAD, Angela I. From the Secular to the Habermasian Post-Secular and the Forgotten Dimension of Time in Rethinking Religion and Politics. *Contexto Internacional*, Dezembro, vol.38, no.3, p.887-908. 2016.
- DUQUE ESTRADA, Rodrigo. Notas preliminares para uma agenda de pesquisa em Religião e Relações Internacionais. Carletti, Anna; Ferreira, Marcos Alan S. V. *Religião e Relações Internacionais: dos debates teóricos ao papel do Cristianismo e do Islã*. Curitiba: Juruá Ed., p. 53-86. 2016.
- FERRARA, Pasquale. Religiões e Relações Internacionais: um enquadramento teórico. In: Carletti, Anna; Ferreira, Marcos Alan S. V. *Religião e Relações Internacionais: dos debates teóricos ao papel do Cristianismo e do Islã*. Curitiba: Juruá Ed., p. 73-104. 2016.
- FERREIRA, M. A. S. V., Renan Honorato. The Holy See Foreign Policy towards the Polish Political Transition: the role of John Paul II (1978-1989)”. *Revista de Estudos Internacionais*, v. 7, p. 6-31. 2016.

- FERREIRA, Marcos Alan S. V. 'The Rise of International Relations Programs in the Brazilian Federal Universities: Curriculum Specificities and Current Challenges', *Journal of Political Science Education*, v. 12, n. 3, p. 241-255. 2016.
- _____. O fenômeno religioso e as relações internacionais: perspectivas analíticas as novas agendas de pesquisa no Brasil. In: Winand, Érica; Chaves, Daniel; Pinheiro, Lucas. (Org.). *Perspectivas e debates em segurança, defesa e relações internacionais*. 1ed. Rio de Janeiro/Macapá: Autografia/ Editora da Univ. Fed. do Amapá, 2015.
- FONSECA, Carlos da. Deus está do nosso lado: excepcionalismo e religião nos EUA. *Contexto Internacional*, vol.29, no.1, p.149-185. 2007.
- FOX, Jonathan. The Rise of Religious Nationalism and Conflict: Ethnic Conflict and Revolutionary Wars, 1945-2001. *Journal of Peace Research*, vol. 41, n. 6, p. 715-731, 2004.
- FUMAGALLI, Ombretta C. Costituzione Europeu, Radici cristiani e Chiese. *Osservatorio delle libertà ed istituzioni sociali*. Roma: gennaio 2005. Disponível em: <http://www.olir.it/areetematiche/83/documents/Fumagalli_Carulli_RadiciCristianeEuropa.pdf>. Acesso em 15 de Fevereiro de 2017.
- GRAZIANO, Manlio. *Guerra Santa e Santa Alleanza. Religioni e Relazioni Internazionali nel XXI secolo*. Bologna: Il Mulino, 2014.
- HAYNES, Jeffrey (ed). *Religion, Politics and International Relations*. Selected essays. London-New York Routledge, 2011.
- _____. Religião e Relações Internacionais: teoria e prática. In: Carletti, Anna; Ferreira, Marcos Alan S.V. *Religião e Relações Internacionais: dos debates teóricos ao papel do Cristianismo e do Islã*. Curitiba: Juruá Ed., p. 15-42. 2016.
- KUBLKOVA, Vendulka. A 'Turn to Religion' in International Relations? *Perspectives*. v. 17, n. 2, p. 13-42. Disponível em: <<http://www.cceol.com/aspex/issuedetails.aspx?issueid+19d8a484-f7c6-47a0-qa405-9492e944f47d>>. Acesso em 3 de Fevereiro de 2017.
- ISA – International Studies Association. *About REL*. Disponível em: <<http://www.isanet.org/ISA/Sections/REL/About-REL>>. Acesso em 15 de Março de 2017.
- MACHADO, Mônica Sampaio; NACIF, Cristina. Evangélicos, política e espaço: novas estratégias rumo à Presidência da República?. *GEO UERJ*. Rio de Janeiro: n. 29, p. 566-586. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/27012/19579>> Acesso em 23 de Fevereiro de 2017.
- MARIANO, Ricardo. Os neopentecostais e a Teologia da Prosperidade". *Novos Estudos CEBRAP*. n. 44, p. 24-44. 2008.
- MASKE, Wilson. Imperialismo e Luteranismo: o embate entre missionários alemães e americanos pelas comunidades luteranas no Brasil (1899-1938). *Carta Internacional*, v. 8, n. 2, p. 157-170. 2013.
- OGUNMOLA, Dele e Isiaka Alani Badmus. "Política etnorreligiosa, conflito intra-estatal e o futuro da democracia na Costa do Marfim". *Contexto Internacional*, vol.26, no.2, p.395-430. 2004
- PEREIRA, Alberto dos Santos. *Geopolítica das Igrejas e Anarquia religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2015.
- PETITO, Fabio; Hatzpoulos, Pavlos (eds.). *Religion in International Relations: the return from exile*. Nova York: Editora Palgrave Macmillan, 2003.

- RESENDE, Érica S. A. “A Direita Cristã e a política externa norteamericana: a construção discursiva da aliança entre Estados Unidos e Israel com base na ideologia evangélico-protestante”, *Carta Internacional*, v. 5, n. 1, p. 3-20. 2010.
- SANDAL, Nukhet A. and Jonathan FOX. *Religion in International Relations Theory. Interactions and Possibilities*. London: Routledge, 2013.
- SNYDER, Jack (ed.). *Religion and International Relations Theory*. New York: Columbia University Press, 2011.
- SOARES, Pedro Gustavo Calvalcanti. Um coeficiente religioso nas Teorias de Relações Internacionais: paradigmas, teóricos e soft power. *Cadernos de Relações Internacionais*. v. 3, n. 5, p. 46-71. Disponível em: <<http://www.faculdedamas.edu.br/revistafd/index.php/relacoesinternacionais/article/view/236/223>>. Acesso em 20 de Janeiro de 2017.
- THOMAS, Scott M. *The Global Resurgence of Religion and the Transformation of International Relations – The struggle for the Soul of the Twenty-first Century*. New York/Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.
- TRIP – Teaching, Research and International Policy. *TRIP Faculty Survey in Brazil*. Disponível em: <<https://trip.wm.edu/charts/#/fullreport/12>>. Acesso em: 05 de Abril de 2017.
- ZEPEDA, José de Jesús Legorreta. Secularização ou ressacralização? O debate sociológico sobre a teoria da secularização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol.25, n. 73. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n73/v25n73a08.pdf>>. Acesso em 30 de Janeiro de 2017.